



SEÇÃO: ARTIGOS

A rádio Fronteira do Sul (1940-1975): fundação, propriedade e disputas

Fronteira do Sul radio (1940-1975): foundation, ownership and disputes

**Camila de Almeida
Silva¹**

0000-0002-1531-8439
casilva2015@gmail.com

Recebido em: 1 fev. 2022.

Aprovado em: 29 abr. 2022.

Publicado em: 11 jul. 2022.

Resumo: O fio condutor desta pesquisa é a rádio Fronteira do Sul, de sua fundação em 1940 até sua dissolução em 1975. A emissora foi, durante sua existência, a única rádio da cidade de São Borja na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Sua trajetória é marcante, principalmente pelo envolvimento do ex-presidente João Goulart, um dos maiores acionistas na emissora. A Fronteira do Sul sofreu forte repressão durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, mesmo após a doação de todas as ações de João Goulart a seus funcionários, a repressão nunca assimilou o encerramento do vínculo. Com isso, é o objetivo deste artigo evidenciar a atuação da emissora que resistiu aos desmandos advindos da repressão e dos eventos que levaram ao encerramento de suas atividades, bem como destacar a história da rádio, sua formação e a história e memória de alguns sócios/funcionários.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Rádio Fronteira do Sul. São Borja. Fronteira. João Goulart.

Abstract: The object of this study is the Fronteira do Sul radio, from its foundation in 1940 up until its dissolution in 1975. The broadcaster was, for its existence, the only radio in the city of São Borja, in the western border of Rio Grande do Sul. Its trajectory is memorable, especially with the association of ex-president João Goulart, one of the main shareholders of the radio. Fronteira do Sul was severely repressed during the Civil-Military Dictatorship in Brazil. Even after the donation of all João Goulart's shares to employees, the repression never realized the ending of the association. Thus, the objective of this study is to evidence the acting of the broadcaster, which resisted to the misdemeanors from the repression and the events that led to the closing of its doors, as well as highlight the radio's history, its formation and some of the partners/employees' history and memory.

Keywords: Civil-Military Dictatorship in Brazil. Fronteira do Sul Radio. São Borja. Border. João Goulart.

Introdução

A rádio Fronteira do Sul, AM, ZYF-2, foi uma rádio são-borjense, fundada em agosto de 1940, por Florêncio Gimenez, argentino com fortes laços na cidade. Além dele, que era técnico em eletrotécnica, outros treze parceiros fizeram parte do empreendimento que funcionou até 1975, sendo eles: Ademar Paz Mello, Manoel Luiz Fagundes, Ildefonso Dornelles, João Bicca, Augusto M. Aquino, Érico M. Castro, Amando Motta Gimezes, Sary Amilíbia, Ildefonso Tróis da Motta, José Tróis da Motta, Armando de Matteo e Júlio Caillar Ferreira – todos sócios.

Para compreender as origens e os desdobramentos da rádio Fronteira



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

do Sul, utilizar-se-ão memórias disponibilizadas pela pesquisa das professoras e jornalistas Cárlica Emerim Pereira e Joseline Pippi, trabalho que resultou no livro *Memórias sobre a imprensa em São Borja* (PEREIRA; PIPPI, 2007), o qual ajudou a perceber como a memória sobre a emissora era partilhada entre os sócios e funcionários.

Além disso, é importante destacar que uma série de trabalhos tem, cada vez mais, procurado compreender o importante papel que a memória traz para os estudos historiográficos, destacando que sua elaboração ocorre em função do presente de quem narra e que frequentemente haverá conflitos em função dos diferentes significados e sentidos que são dados às experiências vividas. Em outras palavras, portanto, não há apenas uma memória, e sim memórias, que ora estão interseccionadas, ora se sobrepõem.

A memória aqui reivindicada está constantemente em relação com o presente de quem narra, sendo ela "o real descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos, porque surgem de modo incessantemente imprevisível, fora de propósito, aleatório" (BOURDIEU, 2006, p. 185).

Contudo, os desafios do uso da memória são mitigados quando se pensam as diversas possibilidades de conhecer o passado. Pollak (1989) atenta para as preocupações sobre a estruturação da memória, visto que ela está em constante disputa, seja de caráter subjetivo, seja de caráter mais objetivo, como aquelas reivindicadas para uso público do passado. Como aponta Certeau (2011) se de um lado há o esquecimento, isso não significa que há passividade nessa perda, sendo uma ação contra o passado, um regresso do que fora esquecido. É inevitável pensar que quando tratamos de memória de um, tratamos também da memória de muitos, que surgem daquilo que vivemos através da experiência do outro. Nesse sentido,

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por

tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1989, p. 2).

Além dessa memória compartilhada, é preciso destacar que São Borja está localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e compreende uma região com tradições e histórias que a caracterizam com diferenças consideráveis em relação às demais regiões brasileiras. É, além de uma região geográfica, uma construção social, uma identidade consolidada em detrimento de si e de sua relação com o outro lado da fronteira. O surgimento das populações fronteiriças se relaciona com a experiência de livre circulação no espaço platino, sendo pouco subordinado ao controle do Estado e, por isso, imerso nas inúmeras alterações sofridas, ao longo do tempo, na distribuição das posses entre as coroas.

A Ditadura Civil-Militar instaurada se preocupou com a defesa de seu território contra possíveis invasores estrangeiros. O controle do trânsito de pessoas, mas também de ideias e ideais, era uma constante. Baseada na Doutrina de Segurança Nacional, a Ditadura brasileira articulou-se com as nações do Cone Sul para fiscalizar e intervir nesses locais, adotando para isso uma flexibilização de conceitos basilares da geopolítica, como, por exemplo, a Segurança Nacional.

o conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível (COMBLIN, 1979, p. 55).

A cidade de São Borja localiza-se na região histórica das Missões Jesuíticas, fundada em 1682, após o deslocamento da população residente da Redução de Santo Tomás Apóstolo – origem do povoamento da cidade de Santo Tomé e projeto entre Espanha e Igreja (FLÔRES, 2012). As fronteiras platinas, mais ou menos como as

conhecemos hoje, só começaram a ser definidas a partir da segunda metade do século XIX, e, no tempo presente, essas origens são muito reivindicadas, usando dessa história e desses símbolos para expressar seu local. Assim, há um processo de patrimonialização da experiência fronteiriça bastante marcante e condicionadora da vida no local.

A condição e a experiência fronteiriça marcam as experiências dos habitantes da região. Segundo Adriana Dorfman, essa condição pode ser entendida como *savoir passer* ou "saber passar", um aprendizado daqueles que vivem no lugar, que veem semelhanças e diferenças cotidianamente e sabem manejar e praticar a fronteira, situação possibilitada "pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais" (DORFMAN, 2013, p. 10). Voluntária ou involuntariamente, as pessoas que habitam a região se apropriam das formas de vida dos espaços fronteiriços, utilizando a circularidade desse mundo para atuar.

A rádio Fronteira do Sul: funcionamento e seus desafios

A rádio Fronteira do Sul não poderia suprimir a condição fronteiriça de sua história, buscando entre as duas nações um público-alvo. A emissora surge a partir de Florêncio, que como já foi dito, era natural da Argentina. Inicialmente, ele prestava serviço de conserto de aparelhos eletrônicos e a emissora foi fruto desse ofício, mantendo-se de forma experimental entre 1940 e 1945, quando obteve autorização para funcionar. Primeiramente sua programação era voltada para o entretenimento, trazendo jogos de futebol ocorridos no Brasil e na Argentina, mas, com o tempo, as abordagens começaram a variar e, paulatinamente, diversificaram-se, com programas informativos, musicais e programas de auditório (RIBEIRO; RODRIGUES, 2008, p. 8).

Durante o exercício das atividades extraoficiais, a rádio sofreu pressões e recebeu ordens de encerramento de suas atividades. No entanto, o delegado Felipe Mello, ao entregar uma ordem judicial comunicando o fechamento da emissora,

teria assumido a responsabilidade sobre seu funcionamento, compreendendo, naquele momento, a importância do veículo para o município (PEREIRA; PIPPI, 2007).

Segundo Ribeiro e Rodrigues (2008), a rádio surgiu com um caráter idealista e sob condições nada favoráveis ao seu funcionamento. Além disso, naquele momento, não havia exploração comercial, uma vez que os conteúdos das transmissões, as despesas com equipamentos e a manutenção de uma equipe eram todos arcados pelos sócios. Informações e entretenimento eram o foco, inclusive, a integração Brasil/Argentina foi sendo levada, também, para sua programação, o que permitiu a criação do programa *Hora Radial Argentina*, com transmissão bilíngue (RIBEIRO; RODRIGUES, 2008).

É importante destacar que a primeira rádio que surgiu no Rio Grande do Sul foi a rádio Sociedade Rio-Grandense, em 1924, por iniciativa estrangeira do uruguaio Juan Ganzo Fernandez, proprietário da Companhia Telefônica Rio-Grandense, sendo fechada em 1926, por não resistir à concorrência das rádios argentinas, já adaptadas a modelos comerciais. A segunda emissora, inaugurada em 1925, é hoje a rádio Gaúcha, inicialmente chamada de rádio Pelotense (CLEZAR; VITALI, [1959-2019]). Portanto, a atuação da emissora são-borjense pode ser observada inserida nesse grande desafio de sobrevivência, pois, além de enfrentar as dificuldades financeiras, o aprendizado foi ocorrendo na experiência diária.

Como dito anteriormente, a autorização para o funcionamento foi concedida na segunda metade da década de 1940, quando João Goulart tornou-se acionista, ao negociar com Florêncio Gimenez, que desejava afastar-se da rádio, possivelmente em função de uma briga entre seu filho, Armando Motta Gimenes e Ademar Paz Mello. O desentendimento teria ocorrido em função de um motor de óleo adquirido por um dos sócios, visto que a cidade, na época, possuía uma precária rede elétrica o que ocasionava constantes quedas de energia (PEREIRA; PIPPI, 2007).

Pereira e Haffermann (2009) apontam que, logo após João Goulart adquirir as ações da rádio

Fronteira do Sul, ele teria nomeado o advogado Leo Ayub Vargas para administrar a emissora. Contudo, observamos que, na verdade, tratou-se de Ayrton Mendes Ayub, advogado e procurador de João Goulart no Brasil quem assumiu a função no momento.

A atuação de Leo Ayub Vargas na emissora ocorreu, de fato, entre 1967 e 1975. Essa suspeita parte de uma confusão entre os nomes e pode ser esclarecida pelo próprio depoimento de Leo Ayub, apresentado no livro *Memórias sobre a imprensa em São Borja* (PEREIRA; PIPPI, 2007). No material, Ayub afirmou que resistiu ao pedido de se tornar diretor da rádio, mas que, ao receber tantos apelos, aceitou o cargo, e como era novo, com trinta e poucos anos, começou logo a fazer inovações. Leo Ayub Vargas, de acordo com entrevista (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009), estava com 67 anos, portanto, estima-se que seu nascimento ocorreu por volta de 1942, não podendo, assim, assumir a emissora logo após a aquisição de João Goulart, ocorrida em 1945.

Leo Vargas contou que tentou, por alguns anos, formalizar a doação realizada por João Goulart a seus funcionários, no entanto não obteve sucesso (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009). Recentemente, em depoimento, Christopher Goulart (2009) afirmou que é de seu conhecimento que a rádio pertencia ao avô, mas que desconhece a doação ou os pormenores desse processo, o que é bastante natural, visto que, Christopher nasceu no mesmo ano do falecimento de seu avô.

Leo Vargas recordou que "sempre viajava para Porto Alegre e Brasília para negociar a situação da rádio" (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009), contudo, em determinado momento, em 1974, muitos documentos foram solicitados, inviabilizando as tratativas. Entre os documentos providenciados, incluía-se uma carta de 1966, em que Jango transferia todas as suas 125 ações nominiais para os funcionários e sócios da emissora, e que não foi aceita no Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). Para Leo Vargas, os militares, representados pela Dentel, acreditavam que, mesmo no exílio, João Goulart controlava a emissora.

A trajetória da rádio Fronteira do Sul, seus posicionamentos e sua escolha de divulgar e participar da política nacional, de alguma forma, trouxe-lhe consequências, entre elas, o olhar mais atento para sua atuação. A rádio foi uma das "cem emissoras que entrou em rede com a rádio Guaíba, de Porto Alegre" pela Campanha da Legalidade, transmitindo "durante dez dias os boletins de resistência e marchas militares para mobilizar o povo e resguardar o direito de Goulart assumir a presidência" (RIBEIRO; RODRIGUES, 2008, p. 8).

A Campanha da Legalidade, iniciada pelo ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, reuniu diversas forças políticas contra a tentativa de golpe no ano de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. A campanha contou com apoio de parte da sociedade do Rio Grande do Sul e, nacionalmente, com o daqueles alinhados ao nacionalismo ou que defendiam a necessidade de respeitar a constituição. A forte coesão do movimento garantiu que João Goulart assumisse a presidência do Brasil. A solução negociada foi o regime parlamentarista, que representou naquele momento um meio de conciliação nacional.

Leo Ayub Vargas, advogado e contador, embora não trabalhasse na linha de frente na produção da emissora, entre 1967 e 1975, enquanto foi diretor, assumiu uma postura também de "diretor de programação". Segundo Pereira e Haffermann (2009), ele buscou diversificar a programação e trabalhar utilizando o recurso de áudio *release*, ou seja, sem vincular especificamente a informação com clientes.

A programação contava com programas de auditório, futebol e notícias, além de entrevistas com diversos políticos da cidade. Muitas vezes, para dar sequência a essas entrevistas, tiveram que desrespeitar ordens superiores

Esta prática causou muitas tentativas de repressão ao formato, sendo que em certa ocasião o prefeito da época tentou impor uma maneira de realizar tais entrevistas, pois achava que seu governo estava sendo atacado. Para Ayub Vargas, esse foi um motivo precursor da onda de perseguições ao funcionamento da Fronteira do Sul (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009, p. 9).

Entre os motivos apontados para o fechamento da emissora, estão os problemas financeiros, pois havia poucos investimentos em publicidade, além da escolha de não empregar informações pagas em conjunto com as notícias em geral. Leo Ayub Vargas relatou que, algumas vezes, cabia ao radialista os custos de viagens e das coberturas jornalísticas, dado que o pouco de lucro obtido era direcionado para pagar os funcionários, nada sobrando para os sócios (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009). O segundo motivo foi o contexto da Ditadura Civil-Militar, a qual pressionou a disponibilização da emissora apenas para seus aliados. A intervenção da repressão, segundo Leo Vargas, chegou a programas musicais. Para isso, bastava que o músico fosse alguém do desagrado da administração. O terceiro motivo foi a vinculação com o presidente João Goulart e a sua constante associação com os supostos interesses do ex-presidente, que estava em exílio no Uruguai, mas na retórica da repressão ainda mantinha o controle sobre a emissora (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009). A Fronteira do Sul foi declarada perempta, seu tempo de funcionamento havia se encerrado. Entre as lembranças de Leo (PEREIRA; HAFFERMANN, 2009), a censura estava presente, principalmente quando em vias do encerramento das atividades da rádio.

A influência de João Goulart foi refutada por Leo Vargas, contudo, isso não significa que a emissora não se esforçou para resistir aos desmandos da Ditadura Civil-Militar. Os funcionários tentaram impedir que políticos governistas usassem o espaço, embora nem sempre isso fosse possível:

Nenhum candidato a deputado poderia fazer uso dos microfones fora do horário político; chegavam os políticos do MDB que visitavam a cidade e avisávamos que infelizmente não poderiam falar, tomávamos nota que estavam visitando São Borja e comunicávamos depois. Numa ocasião, um candidato da Arena chegou ao município e foi conceder entrevista na rádio. Lá chegando foi informado de que não poderia falar. Imediatamente fez uma ligação para Brasília e repassou o telefone a Leo Vargas: 'Aqui é do Dentel e o deputado 'fulano de tal' está reclamando que não estão deixando ele fazer uso do microfone, estou determinando que o senhor libere o microfone para ele'. Eu apenas concordei, o candidato foi ao microfone,

deu seu recado e foi embora. É o horror da ditadura, porque os ditadores e seus subordinados dão uma ordem, voltam atrás por interesse e depois aquela ordem volta a valer' (PEREIRA; PIPPI, 2007, p. 54).

Antes do encerramento efetivo da emissora, a rádio Fronteira do Sul já havia sofrido com fiscalizações que visavam descobrir qualquer irregularidade. Em 1967, "recebeu o que na época era conhecido como canoa fiscal: uma vistoria completa na documentação e na arrecadação de impostos" (PEREIRA; PIPPI, 2007, p. 53). Na memória de Leo Ayub Vargas, após serem observadas as irregularidades financeiras da rádio, um sujeito chamado Elar, chefe do setor de fiscalização da Receita Federal de Uruguaiana, recomendou aos sócios da emissora que nomeassem um diretor mais experiente para a administração. Assim, teria sido a indicação de Elar que possibilitou o ingresso de Leo Ayub, de fato, na emissora; e mesmo com resistência inicial, ele, ao final, acabou por aceitar o convite (PEREIRA; PIPPI, 2007, p. 53).

O fechamento da rádio Fronteira do Sul causou um vácuo comunicativo no município, em um movimento que interrompeu seu funcionamento e de outras tantas emissoras durante os anos 1960 e 1970. Por dois anos, até a fundação da Rádio Cultura AM, em 1977, toda a comunicação ficou dependente de rádios da região. O que aparece como surpreendente, na memória sobre o período e o fechamento da rádio, é que aconteceu de repente, um dia, o representante do Dentel foi até o município e cortou os cabos transmissores. (PEREIRA; PIPPI, 2007):

A emissora e as "tramas" pela sua dissolução: um caminhar no fio da navalha

Para compreender esse "vácuo comunicativo" (1975-1977) que o município experimentou, é importante olhar para a relevância política do trabalhismo em São Borja e a influência de João Goulart, acionista da Fronteira do Sul até 1966 (PEREIRA; PIPPI, 2007). Particularmente, em perspectiva nacional, a partir de 1973, quando o "milagre econômico" já enfrentava dificuldades,

ao mesmo tempo em que a luta armada já estava, em certa medida, desarticulada, quando grande parte das lideranças havia sido assassinada, estava presa ou vivia no exílio (GORENDER, 2014; ROLLEMBERG, 1999).

O ditador Ernesto Geisel (1974-1979) "alterou o *slogan* governamental 'desenvolvimento com segurança', dando mais ênfase a uma política de institucionalização" (ALVES, 1985, p. 215), modelo que deveria progressivamente garantir a "distensão" da ditadura, realizando, assim, um processo de reabertura controlada. Esse processo não pode ser entendido isoladamente, pois, simultânea e progressivamente, organizações de direitos humanos denunciavam os arbitrios ocorridos no Brasil, faziam a defesa dos direitos dos presos políticos e exigiam o fim da tortura e da ditadura; ao mesmo tempo, a resistência institucional ampliava-se, assim como diversos movimentos sociais retornavam à cena política

e social.

Em 1974, completavam-se dez anos do início da Ditadura, momento em que as eleições diretas eram permitidas apenas para deputados, senadores, vereadores e prefeitos dos municípios não incluídos como áreas de interesse da segurança nacional. Se nas eleições de 1970 a vitória da ARENA foi esmagadora e marcada pela forte campanha da oposição pela abstenção, isso não ocorreu nas eleições de novembro de 1974 – "como resultado político maior da crise econômica, em 1974, ocorreu a vitória do MDB nas eleições, tendo como resposta da Ditadura a chamada 'Distensão'" (KONRAD, 2020, p. 172). Em 1970, para o Senado, o governo elegeu 59 das 66 cadeiras. Em contrapartida, em 1974, o MDB elegeu 16 senadores das 22 vagas em disputa. Houve um resultado similar na Câmara dos Deputados, ocupando 161 cadeiras das 364 disputadas (FARIA; FONTENELLE, 2014).

Quadro 1 – As eleições de 1974 no Rio Grande do Sul

Resultados globais por município.	MDB	ARENA	Total de Municípios
Senado	77,5% (180)	22,4% (52)	99,9% (232)
Câmara	67,6% (157)	32,3% (75)	99,9% (232)
Assembleia	65,9% *153)	34,0% (79)	99,9% (232)

Fonte: FERRAZ (1976, p. 287).

A situação no Rio Grande do Sul mostrava que o MDB disparou à frente da ARENA, vencendo nas três disputas e refletindo as insatisfações acumuladas até aquele momento. Em São Borja, a partir de 1964, como em muitos municípios, o MDB utilizou a estrutura partidária do PTB, recebendo grande parte das lideranças. Já a ARENA surgiu da anterior coligação União Política São-borjense, que englobava o PL, o PSD e a UDN.

No Rio Grande do Sul, a expressão das urnas foi bastante desfavorável para a ARENA e para os grupos políticos representados pela sigla. É nesse contexto que se entendem as pressões

sofridas pela emissora Fronteira do Sul, uma vez que ela era utilizada como meio de difusão, primeiramente do PTB e, posteriormente, do MDB, deixando o partido da situação de São Borja em um cenário bastante complicado, pois, além de não deter o monopólio político-partidário, o partido não possuía os meios para sua obtenção, acreditando que a rádio detinha essa possibilidade. Controlá-la, portanto, era uma forma de detenção de poder.

As principais justificativas encontradas para o fechamento da emissora são financeiras e, consecutivamente, de desordem fiscal. Em 1975,

o prefeito/interventor municipal, João Carlos Mariense Escobar escreveu ao Ministro da Justiça, deputado Armando Falcão, em documento marcado como "estritamente confidencial", para informar a situação da rádio, primeiramente destacando o potencial econômico e agrícola do município, na época com 65 mil habitantes, que, contudo, contava apenas com uma emissora. Na ocasião, também afirmou que a rádio era "antes de propriedade de João Belchior Marques Goulart e cujo controle acionário, por este, foi doado a seus funcionários".²

No mesmo ano, Leo Ayub Vargas buscou negociar os impostos devidos, mas não obteve sucesso, situação que impossibilitou, ainda mais, a manutenção da rádio. Além disso, outra dificuldade foi a comprovação da doação das 125 ações nominais que João Goulart concedera aos funcionários. Segundo Leo Vargas, todos os documentos possíveis foram encaminhados, no entanto a doação não pôde ser comprovada, mesmo com a apresentação de uma carta do ex-presidente em que ele realizava essa transferência (PEREIRA; PIPPI, 2007). Embora a doação fosse presente na tradição oral³, conforme se nota na comunicação estabelecida entre o interventor e o Ministro da Justiça, não se tratava de reconhecer ou não a doação, mas sim de consolidar a ordem de encerramento. Além disso, João Carlos Mariense Escobar não escondeu o desagrado com as cobranças com "preço elevado para a publicidade que fazia para os que não integravam o PTB e, nenhum, para os que fossem pessoas gratas a Jango".⁴ Conforme trecho da documentação:

[...] depois que o presidente desta que se constitui na única emissora que possui a cidade – Sr. Léo Ayub Vargas – teve negada pelo Prefeito Signatário a pretensão solerte de pagar impostos atrasados sem as multas e acréscimos decorrentes da mora, simplesmente temos de pagar Cr\$ 2.5000,00 pelo direito de uma entrevista sobre matéria de interesse público e o que mais pertine aos atos positivos da administração.⁵

João Carlos Mariense Escobar aproveitou a oportunidade para também apontar o malogro do interventor anterior, José Pereira Alvarez, o Juca, ocorrido em função da capacidade da emissora de mobilizar a opinião pública com programas elaborados com fins políticos. O que se sabe é que a cidade não comportava duas emissoras de rádio, pois enfrentava muitos problemas com o abastecimento de energia. Além disso, o número de concessões efetuadas durante a Ditadura Civil-Militar variou, ocorrendo um aumento no número de concessões nos períodos de maior instabilidade política, como, por exemplo, em 1977, quando promulgado o Pacote de Abril,⁶ e em 1982, com as eleições diretas para os governos dos estados. Por outro lado, houve uma redução no número de concessões quando os militares se consideravam mais coesos; para compararmos, durante a administração de Emílio Garrastazu Médici, a média anual de concessão de rádio foi de 0,25. Já durante a administração de Ernesto Geisel, menos coesa, a média anual chegou a 27,8 (CARVALHO, 2013).

Retomando a comunicação de João Carlos Mariense Escobar, quer-se observar a construção argumentativa do interventor, para além da costumeira associação a um suposto baixo padrão moral daqueles que realizavam oposição. É interessante notar que, ao descrever a situação de

² Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

³ Tradição oral são os construtos verbais que são formalizados, transmitidos e compartilhados. PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9.

⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

⁶ Conjunto de leis promulgadas pelo ditador Ernesto Geisel em 1977 com a finalidade de alterar a Constituição e encaminhar a abertura política lenta, gradual e segura, controlada pelos militares. Essas medidas alteraram as regras das eleições de 1978 e foram reflexo das eleições de 1974, quando a oposição, representada pelo MDB conquistou a maioria no Senado brasileiro. 16 das 24 cadeiras. Crescimento também observado nos demais poderes. Entre as medidas então o Fechamento do Congresso Nacional, conforme permitia o AI-5; extensão do mandato presidencial de 5 para 6 anos; Manutenção das eleições indiretas para prefeitos e estabelecimento dos senadores biônicos, quando 1/3 dos senadores seriam indicados pelo Presidente da República.

seu predecessor, é dito o seguinte: "que não teve similar na história político-administrativa desta 'terra dos presidentes', pela grandeza de quanto pôde realizar, rendeu-lhe o quase descaso dos conterrâneos".⁷ É notável a desassociação com a conjuntura, através do esvaziamento da expressão "terra dos presidentes", ignorando a história recente do presidente João Goulart, obrigado a viver no exílio. No documento está dito que

Com o advento da Revolução de Março [sic], passou a assumir, por seus irresponsáveis e mal intencionados dirigentes - alguns - de baixíssimo padrão moral - uma conduta de contestação subliminar, quase, pela ironia, o boicote a divulgação das realizações governamentais e, até mesmo, àquelas promoções comunitárias que não significassem estranhos dividendos para o grupo de levianos que a vem administrando.⁸

Outra acusação presente no mesmo documento, de 2 de fevereiro de 1975, vinculava João Goulart ao encerramento das atividades da Rádio Continente. Para o interventor João Carlos Mariense Escobar, essa emissora, surgida em 1962, "não chegou a funcionar um ano, posto que junto de Goulart conseguiu-se emprego para os funcionários na Rádio Mairink Veiga, do Rio, tendo sido cassada a concessão do canal, para não prejudicar a ZYF-2!".⁹ Acusações à parte, sabe-se que a Rádio Continente foi fundada pelos irmãos Mário e Hiram Athaydes Aquino, juntamente com Mary Azambuja, o qual, ao chegar em São Borja, em 1959, já com certa experiência em radiodifusão, de forma artesanal, fundou a emissora. Hiram possuía mais experiência, tendo contatos para trazer novidades musicais para o município. Assim,

Os irmãos aproveitaram-se do fato de São Borja ser terra de políticos importantes, o que na época, facilitava o acesso a publicações, discos e pessoas pertencentes aos movimentos das vanguardas musicais e culturais do País. A partir de amizades de pessoas influentes, Hiram tinha acesso aos principais lançamentos musicais

do Brasil, antes mesmo de eles estourarem no próprio Rio Grande do Sul (PEREIRA; PIPPI, 2007, p. 7).

A rádio Continente encerrou suas atividades em 1961, não se tendo informações certas dos motivos para seu fim, mas se sabe que, nesse ano, Hiram Athaydes Aquino já era diretor do departamento político e jornalístico da Rádio Mayrink Veiga, uma das emissoras que transmitiu a Cadeia da Legalidade, fechada posteriormente em função desses posicionamentos. Segundo depoimento de Iberê Athayde Teixeira, primo de Hiram e Mário,

Quando estourou a revolução de 64 [sic], eu tava pra ir embora pro Rio de Janeiro, que tinha um primo meu que era diretor da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro. O Hiram Athaydes Aquino, [ele] já tinha levado o irmão dele, que era radialista também e me convidou. Disse: Tchê, vem pro Rio. Eu tô de dono aqui da Mayrink Veiga... Só que chegou um dado momento que esse meu primo lá da Mayrink, disse: olha, não vem pro Rio, que a coisa tá indefinida. Nós estamos na iminência de um golpe, não vem (Iberê Athayde Teixeira, informação verbal).¹⁰

Nesse ponto, mais uma vez, pode-se notar a importância das relações familiares para a construção e a consolidação de laços de atuação política, econômica, social e de trabalho. A rádio, principal meio de comunicação do período, fomentou a atuação de alguns sujeitos, sendo que, na mesma medida, foi fomentada pelas relações políticas que eram estabelecidas, por exemplo, com políticos importantes da cidade e da região, os quais viabilizavam o acesso a conteúdo para as emissoras. Segundo Cárilda Pereira e Joseline Pippi (2007), durante seu funcionamento, a Rádio Continente aproveitou-se do fato de São Borja ser terra de políticos importantes, realizando uma "espécie de ponte-aérea que ligava Rio-São Paulo a São Borja, propiciando que ilustre artistas passassem pela cidade" (PEREIRA; PIPPI, 2007, p.

⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0400 - FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

¹⁰ Depoimento de Iberê Athayde Teixeira concedido à autora Camila de Almeida Silva, em São Borja, RS, Brasil, em 20 jul. 2019.

52). Para as autoras, antecipava-se o

acesso a publicações, discos e pessoas pertencentes aos movimentos das vanguardas musicais e culturais do País. A partir de amizades de pessoas influentes, Hiram tinha acesso aos principais lançamentos musicais do Brasil, antes mesmo de eles estourarem no próprio Rio Grande do Sul (PEREIRA; PIPPI, 2007, p. 58).

Segundo o que foi possível observar, o ano do encerramento da Rádio Continente condiz com o da atuação de Hiram na Rádio Mayrink Veiga, da qual era diretor, em 1961. No entanto não se pode vincular a oportunidade obtida por Hiram a qualquer intenção maliciosa de João Goulart, tampouco sua mudança de uma emissora para outra a qualquer político da região. Assim, ficam apenas as acusações do interventor, aqui exploradas no sentido de mostrar os usos contraditórios do nome/imagem de João Goulart.

Retomando as "tramas" que envolvem o fechamento da Rádio Fronteira do Sul, ao que tudo indica, o interventor João Carlos Mariense Escobar estava sendo procurado "por empresários do comércio e indústria e empresários rurais, enquanto advertido por quantos nos assessoram no governo, a fim de que se leve a sério a ideia de obter-se concessão para mais uma emissora, de sã conduta e maior potência".¹¹ Além do que foi acima exposto, uma outra questão vem à tona: o interventor solicitou apoio para que esse "grupo de homens de bem, juntamente com Poder Público Municipal,¹² possa concorrer à concessão, implantando uma emissora – tipo comercial – que sirva aos mais elevados interesses nacionais, responsável e obediente ao ideário".¹³

Como afirmado anteriormente, o documento de João Carlos Mariense Escobar que solicitava apoio para a obtenção de mais uma emissora de rádio é de 2 de fevereiro de 1975. Três meses depois, em 21 de maio, o Ministro da Justiça Armando Falcão encaminhou ao Ministro de

Estado das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, na íntegra, a solicitação vinda de São Borja, deixando assim indícios dos trâmites que possibilitaram a abertura dessa nova emissora, mais alinhada aos interesses do interventor e mais de acordo com a administração ditatorial.

A Rádio Fronteira do Sul resistiu às pressões durante a Ditadura Civil-Militar, no entanto seus problemas financeiros, fiscais e a falta de apoio para a solução de qualquer um desses desafios levaram ao seu encerramento. Ademais, a repercussão de ter pertencido ao ex-presidente João Goulart, além da defesa de interesses políticos bem definidos, realizando oposição à ditadura, também foram determinantes. Funcionando como uma sociedade anônima, a rádio distinguia-se do modelo de exploração da radiodifusão e, embora fosse cobrada principalmente da oposição, a renda deveria ser igualmente distribuída entre os sócios.

A nova emissora que surgiu foi a Rádio Cultura AM, ainda em funcionamento nos dias de hoje, inaugurada em 26 de fevereiro de 1977. O grupo, cuja razão social é Empresa São-Borjense de Comunicações Ltda, foi formado por nove sócios: Ulrich Arns (agricultor), Bernardino Lopes Ferreira (pecuarista), Francisco Carlos Banderó (agricultor e comerciante), Carlos Ney Azambuja Brites (contabilista), Silvino Nicolli (comerciante), Sary Azambuja Amilíbia (comerciante), Arnaldo Matter (advogado) e Roque Auri Andres (administrador de empresas) (PEREIRA; PIPPI, 2007).

O Jornal do Brasil, na edição de 22 de outubro de 1975, noticiou o encerramento das atividades da Rádio Fronteira do Sul, afirmando que o Departamento Nacional de Telecomunicações – Dentel – "recebeu comunicação para lacrar os transmissores da rádio [...] depois do Ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira, declarar perempta a permissão outorgada à emissora".¹⁴ Segundo o periódico, o fechamento

¹¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_o_MCP_PRO_0400_D0001DE0001 FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

¹² Sublinhado conforme original.

¹³ Sistema de Informações do Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_TT_o_MCP_PRO_0400_D0001DE0001 FUNDO: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

¹⁴ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 22 out. 1975, p. 22. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/130006. Acesso em: 10 nov. 2021.

ocorreu em função de punições em "decorrência das sucessivas infringências à legislação" (PERREIRA; PIPPI, 2007, p. 54).

Ainda na edição do *Jornal do Brasil*, podemos observar outras facetas das perseguições e disputas políticas em que a Fronteira do Sul estava imersa, mesmo que tratadas sem muita profundidade. Em 3 de novembro de 1974, o juiz eleitoral de São Borja, Paulo Heerdt, informou "à rádio Fronteira do Sul que está vedada a utilização do espaço eleitoral da ARENA ao antigo militante trabalhista Ovidio Loureiro, que se apresenta como 'líder do movimento apartidário são-borjense' e vem ocupando o horário político para apoiar o candidato da ARENA à Assembleia José Pereira Alvarez, ex-prefeito nomeado do município".¹⁵

A ação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) pode ser considerada como uma intervenção para garantir isonomia na transmissão do horário político ou mesmo desassociação do partido da situação a qualquer crítica ao bipartidarismo, uma vez que o MDB já vinha manifestando seu descontentamento com a situação. Como exemplo disso, nas eleições indiretas para o governo do estado do Rio Grande do Sul, o partido, em protesto, não apresentou nenhum candidato.

O controle das emissoras de rádio foi uma estratégia de repressão bastante utilizada durante a ditadura. A rádio, ao surgir, conseguiu duas superações: a primeira foi a comunicação ativa e a relação entre música, entretenimento e notícias; a segunda foi atingir o público iletrado, que não podia ter acesso aos jornais impressos. Aos moldes dos usos realizados da rádio, durante a Campanha da Legalidade, veiculada para todo o Brasil, ela foi o principal meio de comunicação de massas daquele momento. Inúmeras rádios, após o Golpe Civil-Militar, foram ocupadas por militares ou tiveram seus funcionários demitidos. A Mayrink Vieira saiu do ar por três semanas e, quando voltou a funcionar, já havia sofrido intervenções, mudando seu posicionalmente político, funcionando até novembro de 1964, quando

perdeu sua concessão.

Em São Paulo, a Rádio Marconi realizou duras críticas aos militares e, consecutivamente, conviveu com as invasões do Dentel, que detinha seus funcionários, mantendo a emissora fora do ar até a obtenção de liminar para o retorno das suas atividades, quando permaneceu ativa e resistindo à ditadura. No entanto, em 1968, deixou de fazer críticas aos militares, encerrando suas atividades em 1973, durante o governo do ditador Médici.

Os indícios dos últimos anos da Rádio Fronteira do Sul permitem pensar que as interferências do interventor, somadas à atuação de grupos de empresários, foram cruciais para o encerramento da emissora, uma vez que múltiplas frentes foram montadas com esse mesmo objetivo.

José Nelson Tavares: um fio dessa tecitura

No cenário apresentado, foi possível conhecer a trajetória de alguns sócios/trabalhadores da Rádio Fronteira do Sul. Nomes, fotografias, memórias e histórias foram encontrando corpos para materializar um pouco mais o conhecimento sobre esses eventos que marcaram o município de São Borja. José Nelson Tavares é uma dessas pessoas. Ele atuou na emissora como radialista e também exercia atividades como diretor financeiro. Quem conta um pouco da experiência de Nelson, hoje acometido pelo Alzheimer, é sua filha, Elaine Tavares, que exerce hoje a mesma profissão de seu pai.

Elaine conta que o pai sempre foi muito reticente em falar sobre o período em que trabalhou na emissora. Esse foi um momento muito marcante para a família toda, pois o fechamento da rádio obrigou seu pai a buscar trabalho em Minas Gerais, onde não era tão conhecido, uma vez que, além da idade, era politicamente alinhado com o trabalhismo, João Goulart e Brizola, o que o deixava muito "visado" para conseguir um novo emprego. Conforme Elaine,

¹⁵ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 3 nov. 1974. Primeiro Caderno, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=r%C3%A1dio%20fronteira%20do%20sul&pgfis=113307. Acesso em: 10 nov. 2021.

A gente também foi tomado pela bomba que foi aquilo tudo ali na nossa existência. Meu pai inclusive teve que sair de São Borja, foi embora pra Minas Gerais, e nós acabamos ficando um tempo ali sozinhas. A mãe e nós, enquanto o pai foi pra Minas pra tentar encontrar um trabalho porque ele já estava com mais de 40 anos e tal, então era difícil arrumar trabalho com aquela idade. Nós fomos perdendo tudo que a gente tinha, a gente tinha uma vida normal, meio burguesa até, carro, casa, enfim, uma vida normal e com o fim da rádio a gente perdeu tudo, inclusive perdemos a nossa casa (Eliane Tavares, informação verbal).¹⁶

Na Figura 1, é possível observar, à esquerda, com terno claro, José Nelson Tavares, entrevistando ou transmitindo um discurso na Rádio Fronteira do Sul. Não se têm muitas informações sobre quem eram os militares entrevistados, nem o teor de suas declarações, mas é possível observar que se tratava de um momento festivo, a ponto de o registro ter sido eternizado e chegado à posteridade.

Figura 1 – José Nelson Tavares entrevista grupo de militares em São Borja



Fonte: Acervo pessoal da família Tavares.

Nelson Tavares também esteve envolvido nas tratativas em Brasília que buscavam garantir a manutenção da emissora, juntamente com Leo Ayub Vargas. Assim, fez parte da vida da rádio e ela fez parte de sua vida; sendo o segundo emprego que exerceu. Natural de Uruguaiana, foi para São Borja a convite, especialmente para trabalhar na Fronteira do Sul, no início da década de 1960. Logo após o Golpe, foi beneficiado pela doação das ações realizadas por João Goulart, onde ficou até o fechamento da emissora.

Das memórias que têm, Elaine Tavares, então ainda muito nova, recorda de alguns episódios que marcaram sua infância em São Borja. Lembra-se de seu pai falando dos censores e das dificuldades enfrentadas para transmitir, inclusive,

as radionovelas:

Eu lembro do pai falando dos censores, que chegavam pra ver o que ia sair das notícias, até as novelas às vezes, porque tinham as novelas de rádios, os rolos de fita chegavam primeiro pro pai, como lá em casa a gente tinha os gravadores, muitas vezes a gente ouvia as novelas antes de todo mundo do rádio... Eu lembro várias vezes alguém falando "tem que cortar a fita" das novelas por causa da censura. Eles conviveram durante dez anos com a censura, foi um caminhar no fio da navalha (Eliane Tavares, informação verbal).¹⁷

Elaine também recorda que o pai não participava de nenhum partido político, mas mantinha relações bastante fortes com algumas personalidades do PTB, entre eles, Jango e Brizola, o que ela chamou de "lealdade com os caciques"

¹⁶ Depoimento de Elaine Tavares, concedido à autora Camila de Almeida Silva, via Google Meet, em 2 set. 2021.

¹⁷ Depoimento de Elaine Tavares, concedido à autora Camila de Almeida Silva, via Google Meet, em 2 set. 2021.

(Elaine Tavares, informação verbal).¹⁸ É importante destacar que essas lideranças representavam, especialmente em São Borja, uma expressão do trabalhismo e motivo de orgulho, gerando toda uma rede de fidelidade e lealdade maior que o próprio partido. Embora não pertencesse a nenhuma organização, Elaine afirmou que seu pai sempre apoiou aqueles que, de passagem por São Borja, buscavam os meios para atravessar o Rio Uruguai, tanto que presenciou algumas falas de seu pai nesse sentido, mas na época não tinha dimensão do que se tratava.

Nas lembranças de Elaine, vem o sobrenome "Sá" relacionado aos dias em que seu pai a levava aos comícios do MDB. Ao ser questionada sobre o nome ser referente a Pedro Telemos de Sá, vereador que, em decorrência do AI-5, perdera os direitos políticos, ela lembrou de parte do *slogan* de sua campanha.

Outra recordação confusa tem relação com uma suposta "visita" que os militares fizeram a sua família. Elaine ainda era criança, e em suas lembranças não entende como poderia ter aquela imagem tão presente. O estranhamento ocorreu porque, ao perguntar a seu pai sobre a veracidade dessas memórias, ele negou que a visita tenha ocorrido.

Eu tenho uma memória, que é de 64, é uma memória que eu tenho na minha cabeça, que é de ver o pai entrando com soldados na casa. E eu sempre perguntei pro pai se aconteceu, eu me lembro da cena, eu brincando no quintal, eu sempre perguntei ao meu pai se isso aconteceu, e ele disse que não. Eu não sei por que eu tenho essa memória. Eu não sei até que ponto é verdade ou se o pai não quis dizer que aconteceu, mas eu me lembro dessa cena dele chegando. Minha mãe sempre confirmou isso de ter escondido os livros, ter enterrado os livros, porque a gente morava numa casa com um quintal gigante e foi aberto um buraco bem lá atrás e foi enterrando os livros dentro de um saco plástico, Marx e mesmo coisas do trabalhismo, Brizola, essas coisas assim. Disso eu me lembro e isso a mãe confirmou (Elaine Tavares, informação verbal).¹⁹

Cabe realizar aqui um pequeno debate sobre a natureza da memória, que por muito tempo foi

colocada abaixo da História, como se fosse menos importante ou fidedigna. Contudo, é preciso destacar que tanto História quanto memória são objetos de disputas, figurando ora como memórias oficiais, ora como memórias ocultas. De acordo com Catroga (2001), a memória é um processo seletivo e não pode ser entendida apenas como registro, ela está sempre em relação com o presente de quem narra e inserida na tensão tridimensional do tempo. Passado, presente e futuro relacionam-se constantemente na vida cotidiana e conseqüentemente na elaboração das memórias, e as características subjetivas dessas memórias não devem ser vistas como depreciativas, ao contrário, elas revelam as partes humanas da "equação", os efeitos da ação do Estado brasileiro na vida material e imaterial das pessoas.

Nada pode substituir a palavra dita, toda fonte deve ser vista e analisada, lembrando que todo documento contém uma finalidade, perpassada pelas intenções de quem o produziu, além de questões mais subjetivas, como as condições de sua produção, a natureza da descrição, o domínio da linguagem, a fidelidade com o real. Dessa forma, cabe ao pesquisador o desafio de encontrar o fio condutor para a compreensão do emaranhado de vestígios presentes nas fontes históricas.

Entre todas essas lembranças aqui retomadas, ainda ficam muitas perguntas para compreender mais profundamente a história e a memória da Rádio Fronteira do Sul, principalmente para entender seu fechamento e quais outros interesses estavam escusos, além de outras interferências que ocorreram, ficam outras perguntas ainda em aberto.

Os indícios que aqui puderam ser abordados sugerem que o fechamento da emissora possibilitou que a nova rádio que surgiu, a Cultura AM, enquadrasse-se nos modelos capitalistas de exploração, já que, anteriormente, após a doação de João Goulart a seus funcionários, todos os lucros eram igualmente distribuídos. Embora a

¹⁸ Depoimento de Elaine Tavares, concedido à autora Camila de Almeida Silva, via Google Meet, em 2 set. 2021.

¹⁹ Depoimento de Elaine Tavares, concedido à autora Camila de Almeida Silva, via Google Meet, em 2 set. 2021.

nova rádio também precisasse se enquadrar nos termos da censura, a partir de então, ela passou a ser organizada com premissas mais definidas e alinhadas com os interesses da Ditadura Civil-Militar.

Considerações finais

Mesmo que não se possa responder a todas as questões que venham a surgir sobre a Rádio Fronteira do Sul, algumas certezas podem ser demarcadas: a primeira delas é que a emissora pertenceu a João Goulart, que transferiu as ações aos seus trabalhadores, em função do exílio; a segunda é sobre a influência que João Goulart, mesmo distante de São Borja, exercia sob os designios da rádio, uma vez que, durante todo o período do funcionamento da emissora, ela conviveu com a preocupação da repressão a suas atividades, além do alinhamento político entre os funcionários e sócios com o PTB, partido do ex-presidente; a terceira certeza está no fato de a rádio ter sido meio de resistência política, realizando pressão sobre os ditadores, bem como sobre seus apoiadores.

Também se sabe que seu fechamento não pode ser compreendido de outra forma senão como feito a favor de diversos interesses. Primeiro da "revolução", depois das classes dominantes de São Borja e suas diretrizes liberais conservadoras, por fim, dos interesses capitalistas possibilitados pelo novo empreendimento, inserido no modelo de exploração que agia duplamente, retirando da cena a rádio que representava formas de resistência. Inviabilizada financeiramente, foram atingidos os antigos funcionários da emissora, os quais estiveram dispostos a resistir; entretanto, ligados ao ex-presidente da República, presenciaram a eliminação da "rádio de Jango" da cena política, social e cultural.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 182-132.

CARVALHO, Lucas Borges de. A política de radiodifusão no Brasil e seu marco legal: do autoritarismo ao ultraliberalismo. *RDA – Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 264, p. 245-277, set./dez. 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/14084/12952/29109>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CATROGA, Fernando. História e Memória. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 43-69.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CLEZAR, Rafaela; VITALI, Marli. Censura e repressão nas ondas do rádio. In: *SATC*. Criciúma, 1c1959-2019l. Disponível em: http://site.satc.edu.br/admin/arquivos/30070/Rafaela_Clezar.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. 2013. *Unbral Fronteiras*, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/3749>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FARIA, Adriano; FONTENELLE, André. Especial Senado 1974 – A eleição que abalou a Ditadura. In: *Senado Notícias*. [S. l.], 14 nov. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FERRAZ, Francisco L. dos Santos. As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. *Rev. Bros. de Estudos Políticos*, [S. l.], n. 43, 1976. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/rbep43&div=15&id=&page=>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. *A vila de "São Francisco de Borja das Missões" (1834-1887): elementos da História e da geopolítica na formação dos limites meridionais do Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 22 out. 1975. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/130006. Acesso em: 10 nov. 2021.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 3 nov. 1974. Primeiro Caderno. p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=r%C3%A1dio%20fronteira%20do%20sul&pagfis=113307. Acesso em: 10 nov. 2021

KONRAD, Diorge Alceno. Resistência e distensão: a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1974-1979). In: DOCKHORN, Gilvan Veiga; KONRAD, Diorge Alceno; NUNES, João Paulo Avelãs (org.). *Brasil e Portugal: ditaduras e transições para a democracia*. Santa Maria, RS: Ed. UFSM/Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020. *E-book*.

PEREIRA, Cárilda Emerim; HAFFERMANN, Tiago Radeski. Personagens do fazer jornalístico de São Borja nos anos 70 – memórias e relatos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Alcar, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Personagens%20do%20Fazer%20Jornalístico%20de%20Sao%20Borja%20nos%20anos%2070.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

PEREIRA, Cárilda Emerim; PIPPI, Joseline (org.). *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. Santa Maria: Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-210, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO Mara Regina Rodrigues; RODRIGUES, César Augusto Gonçalves. *Vácuo comunicativo: o fechamento da Rádio Fronteira do Sul em São Borja/RS*, 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6., 2008, Niterói. *Anais* [...]. Niterói: Alcar: 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Vacu%20Comunicativo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR_RJANRIO_TT_o_MCP_AVU_0400.pdf. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1039076&v_aba=1. Acesso em: 13 dez. 2020.

Camila de Almeida Silva

Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), em Pelotas, RS, Brasil. Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria, RS, Brasil. Bolsista CAPES-DS no Programa de Pós-Graduação em História e vinculada a Linha de Pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho.

Endereço para correspondência

Camila de Almeida Silva

Universidade Federal de Santa Maria

Prédio do Centro de Ciências Sociais e Humanas, 74-A, sala 104

Cidade Universitária, 97105-900

Santa Maria, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.